

Acordo ruim ou nenhum acordo? *MARCELO DE PAIVA ABREU*

Em meados da semana passada, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, deu continuidade à reforma do gabinete para enfrentar os 30 meses que lhe restam do segundo mandato. Esta reforma tem implicações significativas para negociações que são importantes para o Brasil.

A substituição de Andrew Card por Joshua Bolten no cargo que seria equivalente à chefia da Casa Civil deu partida ao processo de mudança. Curiosamente, a renovação não atingiu a condução da política em relação ao Iraque, exatamente a que tem gerado maior desgaste para o presidente. Bush saiu em enfática defesa de Donald Rumsfeld como secretário de Defesa, em meio a manifestações de inúmeros generais que, após serviço no Iraque ou no Pentágono, vêm criticando o desempenho de quem Nixon já chamava, como lembrou o *Financial Times*, de 'ruthless little bastard' ('pequeno filho da mãe brutal' é a melhor tradução que me ocorre).

O desdobramento da reforma do gabinete mais importante do ponto de vista brasileiro decorreu da substituição do próprio Bolten no Office of Management and Budget (Escritório de Administração e Orçamento). A administração republicana enfrenta sérios problemas quanto à natureza do orçamento que poderia fazer aprovar no período que antecede a eleição que renovará a Câmara Baixa em novembro. Há descontentamento entre os políticos republicanos quanto ao abandono da tradicional plataforma de manter sob controle o tamanho do Estado, a aumentos de carga tributária ou ao crescimento da dívida pública. As propostas da Casa Branca de corte nos gastos relacionados a programas sociais dividem o partido, pois enfrentam a resistência dos republicanos mais liberais num quadro em que as pesquisas são desfavoráveis ao partido.

As dificuldades que seriam enfrentadas pelo governo republicano na tramitação do processo orçamentário justificaram a indicação de Rob Portman, anteriormente o United States Trade Representative (USTR, Representante Comercial dos Estados Unidos), para chefiar o Office of Management and Budget.

Portman é ex-congressista por Ohio, Estado que se caracteriza por interesses diversificados na negociação da Rodada Doha, dada a sua importância como produtor agrícola e, também, como parte do Rust Belt, cinturão de Estados nos quais a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, é importante. O ex-USTR tem reputação de grande habilidade e bom trânsito no Congresso e na Casa Branca. Sua substituição por Susan Schwab, após meros 11 meses à frente do USTR, sinaliza, a despeito das enfáticas declarações em contrário por parte de autoridades do governo norte-americano, que a obtenção de resultados significativos na Rodada Doha perdeu prioridade entre os objetivos do governo Bush. A estratégia revelada pelas decisões da Casa Branca enfatiza, portanto, objetivos estritamente domésticos e, no plano internacional, a linha 'mais do mesmo' no Iraque e a continuidade da ênfase no combate ao terrorismo, em detrimento de liderança construtiva em Genebra.

Do ponto de vista brasileiro, a decisão dos Estados Unidos é particularmente preocupante. A ênfase nas negociações comerciais multilaterais, em detrimento de negociações regionais ou sub-regionais, herdada do governo anterior, é provavelmente o único pilar da atual política externa cujos alicerces fazem sentido. As negociações multilaterais provêm também um palco importante para que o governo Lula mostre que o Brasil tem prestígio e influência em escala global. Ao contrário de outros foros, na Organização Mundial do Comércio

(OMC) o Brasil tem efetiva influência e seu protagonismo, a despeito de derrapadas recentes, está amparado em ação substantiva, construtiva e continuada.

O rebaixamento do nível de representação política dos Estados Unidos nas negociações da Rodada Doha talvez possa significar, como muitos sugerem, que o governo norte-americano deu por perdido o prazo para que se chegue a um acordo em Genebra a tempo de submetê-lo ao Congresso ainda utilizando a atual Trade Promotion Authority, autorização negociadora concedida pelo Congresso ao Executivo. É até possível que os estrategistas da Casa Branca tenham julgado que não valia a pena usar Portman para obter um resultado em Genebra, cuja substância seria difícil fazer aprovar no Congresso.

Perder o prazo da Trade Promotion Authority significaria adiar por alguns anos a conclusão da Rodada Doha. Mas há outro cenário, além do fracasso, que é contrário aos interesses brasileiros. A substituição de Portman poderia estar relacionada ao afrouxamento da posição dos Estados Unidos de apoio a propostas relativamente ambiciosas de melhoria do acesso de produtos agrícolas no mercado europeu. Em contrapartida, a União Européia poderia mostrar menor entusiasmo em insistir na redução dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos. Surge, mais uma vez, o espectro de um conluio entre os dois grandes protagonistas para que sejam 'flexibilizadas' as ambições de redução significativa do protecionismo agrícola. Esta reaproximação de última hora entre Bruxelas e Washington já ocorreu em 1992, reduzindo a ambição da Rodada Uruguai quanto à liberalização agrícola. Foi ensaiada, de novo em Cancún, em 2003, quando fracassou e contribuiu de forma decisiva para que o G-20 ganhasse corpo. Caso se configure a redução nas ambições em Genebra, o Brasil enfrentaria novamente o dilema de escolher entre um acordo ruim ou nenhum acordo.

Tanto o adiamento *sine die* da conclusão da Rodada Doha quanto a diluição de seus resultados seriam indesejáveis para a economia mundial e sublinhariam as limitações da liderança dos Estados Unidos. Do ponto de vista do governo Lula, teriam ainda o inconveniente de tornar ainda mais evidentes as limitações da sua política externa.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio